



## Pensar a cidade

**Bruna Suptitz**

contato@pensaracidade.com



Além da edição impressa, as notícias da coluna Pensar a Cidade são publicadas ao longo da semana no site do JC.

jornalcomercio.com/colunas/pensar-a-cidade



# Sanção das leis encerra mais de seis anos de debate do Plano Diretor da Capital

Novos regramentos para Porto Alegre passarão a valer em 2027

A sanção dos dois projetos do Plano Diretor de Porto Alegre encerra formalmente um longo e complexo processo, que iniciou como uma revisão, mas foi transformado em uma nova legislação para o planejamento urbano da Capital. Ao longo de mais de seis anos, a revisão atravessou diferentes contextos políticos, institucionais e sociais: foi interrompida pela pandemia de Covid-19, incorporou desafios após a enchente histórica de 2024, enfrentou questionamentos judiciais e mobilizou representantes do poder público, entidades técnicas, universidades, setor produtivo e organizações da sociedade civil.

Mais do que atualizar a legislação, cuja última revisão havia ocorrido em 2010, o processo acabou refletindo as transformações vividas pela própria cidade. Quando os primeiros estudos começaram a ser estruturados, ainda em meados de 2019 e sob o governo de Nelson Marchezan Júnior (PSDB), a expectativa era concentrar o debate em temas tradicionais do planejamento urbano. No entanto, os acontecimentos dos anos seguintes alteraram as demandas sociais e de mercado e mudaram significativamente o perfil do trabalho desenvolvido pela prefeitura.

A primeira grande mudança ocorreu com a pandemia. A necessidade de distanciamento social levou à suspensão das atividades presenciais em março de 2020, o que interrompeu por um

período o andamento do processo. Foi neste período de emergência sanitária, e após a troca de governo, que o prefeito Sebastião Melo (MDB) apostou em fragmentar a revisão da lei, antecipando a criação de regramentos específicos para as regiões do Centro Histórico, com lei aprovada em 2021, e do 4º Distrito, aprovada em 2022. As duas leis foram revogadas pelo Plano Diretor, já que suas premissas foram incorporadas à nova lei.

Superada a pandemia, a prefeitura reorganizou os trabalhos e iniciou uma nova fase de elaboração técnica. Estudos e diagnósticos foram realizados com apoio de consultorias contratadas. Também foram realizadas oficinas, um seminário e duas conferências entre 2022 e 2023. Neste mesmo período a prefeitura enfrentou na Justiça um processo questionando a falta de eleição para o Conselho do Plano Diretor, e optou por realizar o pleito, o que ocorreu no início de 2024.

E foi em 2024 que um novo acontecimento voltou a impactar o rumo das discussões. A enchente histórica que atingiu Porto Alegre e o Rio Grande do Sul colocou a adaptação às mudanças climáticas e a resiliência urbana entre os principais temas do debate sobre o planejamento da Capital, embora críticos ainda questionem o peso do tema na redação final das leis. O processo não chegou a ser interrompido no período, mas foi impactado e voltou a atrasar.

A consolidação da proposta elaborada pelo Executivo chegou em 2025 e abriu a etapa final da revisão, cercada por manifestações técnicas e da sociedade e, novamente, questionamentos na justiça. Uma audiência pública foi realizada em agosto, momento em que a prefeitura divulgou os documentos que embasaram os projetos de lei - e evidenciaram se tratar de um novo Plano Diretor, e não uma revisão, como vinha sendo tratada até então. Os projetos chegaram em setembro à Câmara Municipal.

No Legislativo, a discussão ganhou uma nova dimensão: recebeu mais de 500 emendas, foi debatido em comissões, no Fórum de Entidades e em plenário, mobilizando vereadores, entidades e diferentes segmentos da sociedade até a aprovação dos dois projetos de lei. Diferente das tramitações do Plano Diretor de 1999 e da revisão de 2010, que ficaram por dois anos na Casa antes da votação, neste ano a aprovação ocorreu em cerca de oito meses.

Com a sanção das novas leis na semana passada - o Plano Diretor Urbano Ambiental e a Lei de Uso e Ocupação do Solo, que define os regramentos construtivos -, é concluído formalmente o processo iniciado mais seis anos antes, mas não encerra o debate sobre o planejamento urbano. Ainda tramitam na Justiça processos questionando o processo de elaboração do novo Plano Diretor e pontos específicos das



BRUNA SUPTITZ/JC

Apesar do fim do processo formal, ainda há questionamentos na Justiça

novas leis. Independentemente das diferentes avaliações sobre o conteúdo aprovado, este fica marcado como um dos mais amplos debates sobre planejamento urbano da história recente de Porto Alegre.

Ao longo desse percurso, temas como participação social, adaptação climática, desenvolvi-

mento urbano e segurança jurídica passaram a ocupar posição central na agenda pública. A implementação das novas regras, que passarão a valer em janeiro de 2027, virá com o desafio de transformar as diretrizes aprovadas em instrumentos capazes de orientar o desenvolvimento da cidade nos próximos anos.

## Datas e fatos relevantes

**2019**

▶ em dezembro é assinado um termo de cooperação técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), pelo qual o município pagou R\$ 10,9 milhões

**2020**

▶ a pandemia de Covid-19 impacta no andamento da revisão; o Ministério Público Estadual pede que não sejam realizadas

atividades participativas durante a emergência sanitária

**2021**

▶ prefeitura decide "fatiar" a atualização de normas urbanísticas, antecipando algumas regiões da cidade; neste ano é aprovado o "Plano Diretor do Centro Histórico"

**2022**

▶ na mesma linha, é aprovado o "Plano Diretor do 4º Distrito"

▶ prefeitura decide abrir mão da possível parceria com a Ufrgs, prevista no termo assinado com o Pnud, e opta por contratar outras consultorias

**2023**

▶ realizadas conferências e outras atividades participativas

**2024**

▶ a enchente histórica de maio amplia o debate sobre adaptação climática e planejamento urbano

**2025**

▶ é retomada oficialmente a revisão e realizada uma audiência pública; prefeitura apresenta os documentos e envia os projetos de lei para o Legislativo; Câmara realiza debates com a sociedade e inicia a votação

**2026**

▶ os projetos do Plano Diretor e da Lei de Uso e Ocupação do Solo são aprovadas pela Câmara em abril e maio, respectivamente, e sancionadas pelo Executivo em julho

## Plano Diretor EM NOTÍCIA

Desde 2019 o Jornal do Comércio acompanha e noticia todos os debates sobre o Plano Diretor de Porto Alegre. Com isso, constitui o mais completo histórico jornalístico sobre planejamento urbano da Capital nos anos recentes. Os conteúdos podem ser acessados no site do JC na coluna Pensar a cidade e na editoria de Política.